

EDITORIAL

Nestes seis meses que separam este número do anterior muita coisa aconteceu neste país. Os brasileiros liderados pela juventude cara-pintada riscaram do mapa um presidente que conseguiu colorir o mar de lama. O "anticandidato", "Sr. diretas", "mascote do parlamentarismo" Ulisses Guimarães desapareceu nas águas da bela Trindade e parece que foi há um século. Frente à crise econômica mundial, as nuvens do preconceito recrudescem com velocidade incrível.

Só no campo da educação brasileira o tempo parece não fluir. A discussão sobre a LDB continua emperrada na Câmara do Deputados e corre o risco de ser atropelada pelo polêmico projeto de Darcy Ribeiro que tramita sem maiores discussões pelo Senado. O Brasil entra em 1993 com a previsão feita pelo MEC de que pelo menos 1,5 milhões de crianças na faixa de 7 a 14 anos ficarão sem estudar por falta de vagas. Já as "felizardas" que conseguirem entrar nas escolas públicas também não terão muito o que comemorar. Nunca os salários dos profissionais da educação estiveram tão achatados, as condições de trabalho tão deterioradas e as tentativas de democratização da gestão da escola pública tão reprimidas. Para atingir os 25% constitucionais, governadores e prefeitos usam verba da educação para construir ginásios e praças, asfaltar ruas, comprar carros. Ao aluno, pouco chega. O governo federal teima em descumprir a obrigação constitucional de destinar 50% de seus gastos em educação para o ensino fundamental. Além disto, o fisiologismo político cede espaço ao lobby privatista. O ministro da Educação Murílio Hingel se propõe a comprar 60.000 vagas na CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) ao preço de Cr\$ 400.000,00 / mês (valores de Janeiro/93) que corresponde a cerca de US\$ 400/ano. Ora, quando se sabe que um aluno de escola pública recebe menos que US\$ 100/ano, percebe-se o caráter discriminatório da medida. Ademais, a rede da CNEC é profundamente heterogênea e, entre escolas genuinamente comunitárias, encobre outras que em nada diferem de uma escola privada convencional.

No ensino superior e na pesquisa a situação não é menos dramática, os salários estão achatados, o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é inferior à décima parte dos valores que atingia há duas décadas. O CNPQ aprovou 4.000 projetos em 1991 mas não repassou os recursos correspondentes. Isto fez com que fosse suspenso o julgamento de milhares de novos projetos em 1992.

Paidéia volta a reafirmar sua convicção de que, num país de recursos escassos e mal geridos como o nosso, a prioridade básica deve ser o investimento que garanta uma escola pública de qualidade, em todos os níveis.

Finalmente gostaríamos de agradecer à Chefia e à Comissão de Verbas do Departamento de Psicologia e Educação; à Direção e Vice-Direção desta Faculdade, assim como à Coordenadoria de Administração Geral da USP (CODAGE) que, pelo seu apoio financeiro e incentivo constante, tornaram possível a realização de mais este número de *Paidéia*.